

HISTÓRIA & UTOPIAS



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

MEMÓRIA E UTOPIAS LIBERAIS

representações políticas em torno da Independência

Cecília Helena de Salles Oliveira
Museu Paulista-Universidade de São Paulo

(...) Estará destinada a nossa bela pátria a ficar eternamente condenada aos incessantes acometimentos da ação e da reação, sem que nunca (...) descubra a sabedoria política os meios de combinar os dois elementos constitucionais (para) colocar a sociedade nos seus eixos? (...)

Este questionamento, formulado por Justiniano José da Rocha em 1855,¹ é um convite à reflexão. Nele acham-se explicitados dois pressupostos a respeito da história política do Brasil que, ainda hoje, encontram ressonância. De um lado, a imagem de que o movimento da história processa-se sob o signo da repetição. De outro, a representação segundo a qual o exercício da política envolve um saber específico e neutro, capaz de extinguir as paixões humanas, canalizar as rivalidades e aplinar os ódios, colocando a sociedade no ponto exato de equilíbrio para que o “progresso” possa fluir.

Naquela ocasião, Rocha argumentava que a alternância de ações democráticas e reações monárquicas, em curso desde a Independência, chegaria ao término se os políticos, seus contemporâneos, aproveitassem as experiências traumáticas do passado e não deixassem escapar a “hora da transição”. Unidos da prudência e da ciência poderiam promover, então, a pacificação e a prosperidade do Império.

A despeito de sua especificidade, o texto de Justiniano José da Rocha recupera um imaginário político explorado, antes dele, por publicistas como João Armitage e Timandro. Na conhecida *História do Brasil*, editada pela

1 Justiniano José da Rocha, “Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade política”, In Raimundo Magalhães Jr., *Três panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, 1956, pp. 165-218. A epígrafe foi extraída da p. 215.

primeira vez em 1836, e no famoso opúsculo *O Libelo do Povo* de 1849,² ambos também haviam apontado o caráter repetitivo da história, enfatizando, igualmente, o fundamento experimental da ciência da política.

Não resta dúvida que os três textos citados foram produzidos em momentos diferentes do processo de construção do Estado nacional. Referem-se, portanto, a situações peculiares e irredutíveis uma a outra. No entanto, seus autores compartilham concepções semelhantes e o confronto entre esses registros indica um outro ponto comum a eles: o de atribuir uma aura utópica às experiências políticas da década de 1820 como se, naquele momento, a prática e o pensamento dos protagonistas da Independência fossem ou ilusões inatingíveis ou projetos pertinentes cuja realização estava, ainda, em vias de ocorrer.

Armitage, Timandro e Rocha, cada qual a seu modo, exorcizaram o passado para justificar suas próprias projeções acerca do futuro do Império. Relembaram as circunstâncias nas quais a nação fora instaurada e, ao fazê-lo, criaram em torno da década de 1820, uma miríade de adjetivações passionais que ora enaltecem ora denigrem os procedimentos dos chamados fundadores do Império. Obscurecendo a historicidade daquele período, contribuíram para dificultar o já complicado entendimento acerca dos significados das utopias liberais à época da separação de Portugal.

I

Preocupado em narrar a trajetória na qual o Brasil Colônia transformou-se em Império constitucional, Armitage estabeleceu as datas de 1808, 1822 e 1831 como marcos cronológicos desta transição. Os acontecimentos assinalados — a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro; a proclamação do dia 7 de setembro e a abdicação de D. Pedro I — serviram para exemplificar alterações que julgava necessárias e inevitáveis, como a progressiva superação das heranças deixadas pela colonização ibérica. Somente desse modo, a “barbárie” cederia lugar à “civilização, termo que designava, simultaneamente, a organização de um governo liberal e a efetiva inserção do novo Império às relações de mercado internacionais.

2 João Armitage, *História do Brasil: desde o período da chegada da Família Real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da história do Brasil de Southey*, Belo Horizonte/São Paulo, 1981; Francisco Torres Salles Homem, “O Libelo do Povo por Timandro”, in Magalhães Jr., *op. cit.*, pp. 47-126.

Mesmo admitindo a importância da administração joanina, o cronista pouco se deteve nesse período, centralizando sua análise nos antecedentes imediatos da Independência e, especialmente, nas circunstâncias que, em sua opinião, levaram o reinado de D. Pedro a “dramático” desfecho.

Definindo os episódios ocorridos na década de 1820 como manifestações da oposição entre colônia e metrópole, procurou acompanhar as peripécias vividas pelos “liberais brasileiros” em sua luta para desvencilhar-se da predominância exercida pelos “portugueses absolutistas”. Se, no período entre 1808 e 1822, este antagonismo concentrara-se na conquista da autonomia política e no rompimento do domínio externo, após a Independência o conflito assumira feições internas, desdobrando-se até converter-se na revolução vitoriosa que afastou do governo, definitivamente, os partidários do Antigo Regime. Nesse sentido, a abdicação do Imperador aparece como a reedição de atos e princípios esboçados em 1822, marcando a época em que a “verdadeira” emancipação se realizou.

Na primeira tentativa de organizar o governo nacional, os “patriotas” haviam sobrepujado a ameaça recolonizadora, representada pelas Cortes de Lisboa, concentrando-se na elaboração de um texto constitucional “perfeito”, ao menos em termos formais. No entanto, a obra política iniciada não se completou, pois, na opinião de Armitage, os fatos desmentiram as intenções. Às agitações separatistas seguiu-se uma “crise”, de ordem tanto política quanto financeira, o que obsteu a efetiva implementação do arcabouço legal capaz de garantir a prevalência dos interesses coletivos bem como a representatividade dos cidadãos.

Os desequilíbrios e conflitos, vivenciados durante a década de 1820, derivaram, em parte, da atuação de D. Pedro. Como esperar que um príncipe, descendente de monarcas absolutistas, pudesse romper com as tradições e quebrar os laços que o prendiam à antiga metrópole? Por sua formação e índole, D. Pedro, segundo Armitage, favorecia o continuísmo e, em consequência, o acirramento dos ânimos. O jovem Imperador indisps-se contra o poder legislativo, envolveu-se na sucessão da Coroa em Portugal e sustentou o poder dos “realistas portugueses” no Brasil, contribuindo para que um “fosso” intransponível o separasse da nação e dos “liberais”.

Porém, foram os próprios revolucionários de 1822 os grandes responsabilizados pela crítica situação do nascente Império. A falta de experiência no trato dos negócios públicos assim como a ausência de conhecimentos práticos sobre o funcionamento dos governos representativos fizeram com que não só acreditassem no constitucionalismo de D. Pedro como deixassem escapar por entre os dedos a possibilidade de concretizar seus planos. Dividido em facções antagônicas, literalmente, na versão de Armitage, perderam o rumo. Até

mesmo um intelectual do porte de José Bonifácio teria se enredado em interesses pessoais, tornando-se arbitrário quando ministro. Envolvendo-se em questiúnculas de cunho particular, os “patriotas” não souberam controlar os “ciúmes” que opunham “brasileiros” e “portugueses”, apercebendo-se, tarde demais, que o não entendimento entre eles abriu o caminho para que o Imperador e os “absolutistas” se assenhoreassem da cena política.

A duras penas, os “liberais” aprenderam axiomas que há muito tempo, de acordo com Armitage, presidiam a postura dos parlamentares ingleses: o de que as leis e a política constituíam ciências experimentais e o de que a história não deveria ser o relato de massacres e tiranias, mas um “arquivo” de experiências exemplares, destinado a mostrar aos governantes e aos governados as vantagens da liberdade, da prosperidade, da cidadania e da ordem pública.³

Quando da abdicação, os políticos, no Brasil, reiniciaram a obra de construção da independência nacional, retomando propostas enunciadas em 1822, mas sob moldes diversos. Se as circunstâncias se repetiam — pois, o que estava em causa, segundo Armitage, era a libertação da metrópole, simbolizada pela Corte de Pedro I — a conduta dos “liberais” havia se alterado. Provenidos contra os riscos da república e da demagogia e cientes dos perigos suscitados pela soberania do monarca, os “brasileiros” teriam optado pelo percurso mais seguro: a organização de um “governo limitado”, apto a assegurar as liberdades civis bem como o equilíbrio entre os poderes públicos.⁴ Para Armitage era esta, aliás, a única alternativa diante de uma sociedade na qual não vislumbrava “nexos orgânicos”.

II

Escrito em meio aos desdobramentos da Revolução Praieira,⁵ o opúsculo *O Libelo do Povo* recupera e redefine premissas já enunciadas por Armitage. Tal como o cronista britânico, Salles Homem destacava a duplicação de “amarguradas lembranças” no presente. Além disso, sua análise também se fundamentou no diagnóstico segundo o qual era o litígio entre forças inconciliáveis a causa primordial da dinâmica pendular que modulava os avanços e recuos do jogo político no Brasil. No seu entender, porém, o retorno

3 João Armitage, *op. cit.* Epígrafe e pp. 227-228.

4 A respeito dos significados de um “governo limitado” e das diferenciações entre monarquia e república nos séculos XVIII e XIX, ver: Hannah Arendt, *Sobre la Revolución*, Madri, 1967.

5 Sobre a Revolução Praieira e sobre a atuação política de Salles Homem, ver: Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, São Paulo, 1987.

contínuo de “dissenções, angústias e sangue” não resultava do conflito entre colônia e metrópole, de cunho universal, que opunha a liberdade à tirania.

Irônico, afirmava que, enquanto a Europa presenciava o êxito do “espírito liberal”, assistia-se no Brasil, pela terceira vez, o “regresso” dos representantes de doutrinas contrárias à “civilização constitucional”.⁶ O ano de 1848 assinalava uma nova “inversão política”, promovida pela Corte do Rio de Janeiro e pelos áulicos que, vilipendiando a “soberania do povo” e a independência nacional, ensaiavam o restabelecimento do absolutismo e da recolonização.

Articulando uma aliança imaginária entre centralismo monárquico e domínio colonial, Timandro retomou, em outros termos, o tema da rivalidade entre brasileiros e portugueses. Neste caso, todavia, o predomínio da chamada “plutocracia portuguesa”, não constituía propriamente o eixo explicativo das contendas. A oposição de nacionalidades subordinava-se a antagonismos protagonizados pelos defensores da soberania popular e pelos partidários do despotismo. Assim, a ascensão de “estrangeiros” estava atrelada a circunstâncias específicas: a cada momento em que o poder imperial investia contra os “amigos” da liberdade, ganhava ressonância o confronto entre nacionais e adventícios.

Certamente, uma das preocupações de Timandro era a de demonstrar que os recentes acontecimentos ocorridos em Pernambuco extrapolavam o âmbito provincial. A revolta, argumentava, deveria ser entendida como a defesa dos interesses gerais do Brasil, uma resposta “desesperada” frente à “crise” ensejada pelo arbítrio, pela corrupção e pela indignação diante do espaço ocupado por portugueses no comércio e na produção.

No entanto, o vínculo entre a situação dos “patriotas pernambucanos” e a reconquista da liberdade política que, supostamente, a Corte anulara foi sendo delineado no interior de uma narrativa na qual presente e passado se entrelaçavam no intuito de reconstituir a trajetória de um grupo de personagens, genericamente denominados “liberais”, que desde a proclamação da Independência propunham a construção de um Império íntegro, constitucional e livre.

Ao longo da exposição, Salles Homem procurou explicitar as razões pelas quais os “verdadeiros” representantes da nação não haviam conseguido, ainda, materializar seus planos. Recorrendo à história, estabeleceu uma cronologia na qual pontuou as vitórias e derrotas dos “liberais”, encaminhando ao mesmo tempo a solução que, a seu ver, dissiparia, em definitivo, a ameaça da tirania.

Muito embora Timandro estabeleça uma periodização semelhante, em certos aspectos, à organizada por Armitage, alguns acontecimentos e datas

6 Francisco Torres Salles Homem, *op. cit.*, p. 47.

aparecem com sentido invertido. Assim, em sua interpretação, o ano de 1822 marcou o surgimento, na cena política, de “patriotas revolucionários”, portadores da sabedoria e da experiência necessárias para promover o rompimento com as heranças arcaicas. Os fundadores do Império almejavam consolidar a Independência por intermédio da criação de um governo representativo que assegurasse a soberania do povo. No entanto, em 1823, o Imperador e as forças antinacionais teriam bloqueado a ação dos “patriotas”. Através da violência, da força armada, o despotismo monárquico prevaleceu, o que teria desencadeado uma “crise”, cujas repercussões ainda abalavam a sociedade em 1848. Nem mesmo a outorga da Constituição alterara as circunstâncias, pois tornou-se instrumento inoperante diante dos privilégios, dos abusos e do continuismo. Se o empenho dos “revolucionários” de 1822 não foi em vão, a luta para que a independência do Império se completasse encontrava-se em pleno andamento.

Seria preciso esperar até 1831 para que os “liberais” retomassem o comando dos negócios públicos. Afastando D. Pedro I e os oportunistas que o rodeavam, os “patriotas” pareciam ter aberto o caminho para implementar o “progresso” e a pacificação da nação, enfraquecida pelas dissensões e pelos desmandos. Segundo Timandro, o governo da revolução regularizou as finanças públicas, assegurou os interesses coletivos, garantiu a ordem e promoveu uma administração sem luxos ou ostentações. Não obstante, mais uma vez, a “fúria” dos adversários não os poupou. Durante a regência de Feijó e até a formalização da maioria de D. Pedro II, os defensores do “regresso” e a “facção portuguesa” prepararam a restauração do passado. E, a despeito de um breve interregno liberal, seguiu-se, em 1848, o retorno dos “dias funestos”.⁷ “(...) Uma constituição nominal; direitos sem exercício; interesses sem satisfação; liberdade sem garantias; ministérios sem dogmas e sem nacionalidades; (...) a justiça entregue a inumeráveis harpias; (...) a indústria nacional monopolizada pelo querido português; (...) o direito de propriedade sem segurança; (...) a nação envilecida, desprezada (...) por uma corte que sonha com o direito divino e só aspira a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo (...)”⁸

Tanto na descrição da “crise” quanto ao longo de suas considerações a respeito dos momentos decisivos da história do Império, Salles Homem procurou convencer seus leitores de que a ciência da política, e não a violência, fora a arma da qual se utilizaram os “liberais”, vítimas do arbítrio e do despotismo. Os únicos que permaneceram surdos aos ensinamentos das experiências foram os monarcas e a Corte, sempre a mesma desde 1823. Eram

7 *Idem*, p. 63 ss.

8 *Idem*, pp. 124-5.

os adversários da liberdade política os responsáveis pelos desacertos, pela deflagração das paixões, pelos conflitos que enlutavam a nação. Os descendentes dos Braganças e os cortesãos, por suas ambições, haviam incompatibilizado, no Brasil, monarquia e liberdade.⁹

Ao final do texto, Timandro formulava, em linguagem passional, duas perguntas: “Quem nos salvará dessa gangrena social? Quem salvará a liberdade das perseguições brutais e sistemáticas do governo de privilégio?”. Em sua opinião, apenas uma alternativa se colocava. As experiências do passado pareciam indicar que, naquele momento, era preciso agir de acordo com os mesmos princípios acalentados pelos fundadores do Império. Para vencer a tirania, somente uma revolução.

III

Distanciando-se da interpretação de Armitage e opondo-se, frontalmente, à posição assumida por Timandro, Justiniano José da Rocha preconizava que aos governantes cabia a tarefa de estudar a sociedade com discernimento para descobrir os meios de barrar o “círculo das paixões”, encontrando um justo equilíbrio entre liberdade e autoridade.¹⁰

Em sua interpretação, de 1822 a 1851, o Império fora palco de “desgraças” geradas pelos conflitos sangrentos que se verificaram entre o “elemento democrático” e o “elemento monárquico”. Em 1855 chegava, finalmente, o período da “transação” e esta oportunidade, a seu ver, não podia ser perdida.

Tecendo, cuidadosamente, uma cronologia acerca da sucessão de ações democráticas e reações monárquicas, Rocha identificou cinco grandes períodos na história do Brasil, após a Independência. No primeiro deles, a sociedade conhecera o “verdadeiro caos”, uma vez que, de 1822 a 1831, predominara a “confusão irrefletida de teorias opostas”. Época de disputas, motivadas pela inexperiência política e administrativa, dela resultou o triunfo democrático que, entre 1831 e 1836, determinou a dissolução de todos os meios legítimos do exercício do poder. Era de tal ordem o “atraso” da inteligência política que, segundo Rocha, até mesmo a “admirável” Constituição liberal não resistiu às ações insensatas.

A consequência “inevitável” deste esgarçamento da autoridade só poderia ser uma reação monárquica. Iniciada em 1836 e triunfante em 1840, a luta em torno do fortalecimento do poder real preparou o período político encerrado em

9 *Idem*, p. 93.

10 Justiniano José Rocha, *op. cit.*, p. 165. Um estudo aprofundado sobre os significados do opúsculo escrito por Rocha encontra-se em: Izabel Andrade Marson, *op. cit.*, p. 443 ss.

1852. Fora a “lição prática da anarquia” a principal responsável pela reação. Enquanto a ação democrática “partira do medo e da suspeita contra o poder, aniquilando-o”, o predomínio monárquico resultara de um outro tipo de temor: “o da turbulência”. Disso decorreu a destruição da liberdade, o que, para Rocha, era compreensível, em virtude da extrema violência que presidira as décadas de 1820 e 1830.¹¹

A partir de 1852, viu-se o “arrefecimento das paixões”. Momento propício para a “conciliação” entre os contendores, na tentativa de selar a possibilidade da repetição dos desacertos do passado, pois a história havia registrado o quanto custara ao “progresso” do Império as ilusões democráticas.

Arrebanhando e dando nova significação à proposições esboçadas por Armitage e Salles Homem, Rocha sacramentou a representação de que, no Brasil, os acontecimentos políticos se reproduziam pela alternância litigiosa de forças contrárias, embora, não necessariamente, inconciliáveis. Seu texto sugeriu que, em meados do século XIX, não havia mais lugar para utopias.

IV

Suportes da memória histórica, as representações em torno da década de 1820, aqui referidas, apontam para questões instigantes.

A primeira delas, diz respeito à suposta falta de experiência atribuída aos políticos que participaram da Independência. Valiosas pistas sobre isto encontram-se, sem dúvida, nos nexos que entrelaçam os textos dos publicistas e as falas dos protagonistas da separação de Portugal. Cotejando esses registros é possível perceber a tênue distância que os separa. Não se trata apenas de forma assumida pelos discursos, mas da existência de liames profundos que obstaram a superação das interpretações produzidas nos anos de 1820.

Apesar de criticarem seus antecessores, Armitage, Timandro e Rocha compartilharam com eles práticas de conhecimento e modos de fazer política. Tal como eles instrumentalizaram a história e, apegando-se aos contornos mais visíveis da luta política, arrebanharam e deram outro sentido às versões que os chamados fundadores do Império construíram de si próprios e de sua época.¹²

Assim, Armitage transformou em fio condutor da história do Brasil a imagem da oposição colônia-metrópole, que políticos como José Bonifácio e

11 Justiniano José da Rocha, *op. cit.*, pp. 167-99.

12 Sobre o movimento pelo qual os homens constroem e interpretam, simultaneamente, a história, ver: Claude Lefort, *As Formas da História*, São Paulo, 1979, pp. 37-56 e pp. 211-50; Marilena de Souza Chauí, *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*, 2ª ed., São Paulo, 1981, pp. 15 ss.

José da Silva Lisboa¹³ elegeram como instrumento de luta privilegiado na sustentação do projeto separatista. Por meio desta metáfora, procuravam desqualificar outras utopias emergentes em 1822 e que se encaminhavam tanto no sentido de um reajustamento dos vínculos entre os dois Reinos quanto na direção de um governo republicano.

O cronista não só obscureceu as diferentes propostas em curso como consagrou a premissa segundo a qual haveria uma unanimidade de vontades em torno da separação de Portugal e da monarquia. Além disso, por acreditar que a sociedade carecia de “nexos orgânicos”, dissolveu os significados do “pacto de cidadãos” que ensejou a Constituição de 1824.

Em contrapartida, Timandro harmonizou representações formuladas por José Bonifácio e José da Silva Lisboa com discursos veiculadas por periódicos, como o *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*, entre 1822 e 1823. É fantástica, aliás, a semelhança entre a trama armada por Salles Homem e a que foi entretecida por Gonçalves Ledo e Soares Lisboa. Foram estes políticos que, enfaticamente, recorreram à metáfora da luta entre liberdade e tirania, apresentando-se na cena pública sob máscaras romanas.

Curiosamente, porém, em 1822, ambos mostravam-se refratários à separação entre Brasil e Portugal. Aderiram à proposta no momento em que ruíram todas as esperanças de que uma aliança com os revolucionários de Lisboa fosse bem sucedida. Todavia, até meados de 1822, empenharam-se em obstar o projeto separatista, tanto que ao lançarem a campanha pela criação de uma Assembléia tinham em mente este objetivo.

O texto de Timandro obliterou estas articulações, fazendo com que encarnassem as figuras de defensores do rompimento com a antiga metrópole, de vítimas do despotismo do primeiro Imperador e a de portadores do único projeto que teria evitado a “crise” do Império.

Quanto a Justiniano José da Rocha, suas considerações remetem, principalmente, às obras de José da Silva Lisboa.¹⁴ Já em 1818, este político afirmava que governar era uma ciência experimental, fundada no cálculo e nas probabilidades.¹⁵

13 *O Tamoio*, nº 1, agosto de 1823. Edição Fac-similar, Rio de Janeiro, 1944; José da Silva Lisboa, *Falsidades do Correio e do Revérbero contra o escritor das Reclamações do Brasil*, Rio de Janeiro, 1822. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, códice 84,2,37b.

14 José da Silva Lisboa, *Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rei Nosso Senhor D.João VI* [1818], 2ª ed., Rio de Janeiro, 1940; *História dos Principais Sucessos do Império do Brasil, dedicada a D. Pedro I*, Rio de Janeiro, 1826/1830.

15 José da Silva Lisboa, *Memória dos benefícios*, p. 7.

O pressuposto de que a época da Independência foi marcada por “desencontros de opiniões” e por uma luta entre democratas e monarquistas encontra respaldo em textos diferentes de Silva Lisboa, escritos em momentos particulares do processo em curso. Em 1822, estas representações aparecem em folhetos destinados a polemizar com Ledo, Clemente Pereira e Soares Lisboa em razão do prestígio que haviam conquistado. Acusando-os de “anarquistas”, de “galomaníacos incendiários”, Lisboa tentava impopularizá-los, denunciando suas ligações com os “desorganizadores” deputados das Cortes em Portugal.¹⁶ Entre 1826 e 1830, quando formulou a crônica dos acontecimentos concernentes à fundação do Império, as mesmas imagens ganharam contornos amenizados. Não se dirigiram diretamente a adversários e serviram para que Lisboa fizesse o elogio dos políticos brasileiros e da obra que criaram. A despeito de todos os contratempos e das dissensões, os homens públicos haviam optado pelo caminho mais correto: a experiência ensinara a evitar o “caos” democrático e a “opressão” do absolutismo.¹⁷

Cabe lembrar que o saber produzido sobre a década de 1820 não pode ser subestimado. Sua força revela-se na configuração de uma determinada memória, com a qual a historiografia ainda não rompeu. Sua solidez fundamenta-se nos pressupostos do liberalismo e nas relações históricas constituintes e constitutivas da sociedade burguesa.¹⁸

Se, por um lado, as representações elaboradas à época da Independência foram recuperadas posteriormente, por outro lado, apareceram nas falas de Armitage, Timandro e Rocha com alteradas significações. Certamente, a leitura que estes publicistas fizeram do passado foi iluminada pelo lugar social que ocupavam, por seus interesses, por suas “paixões” e pela dinâmica do jogo político. Mas, a maneira pela qual cada um deles reproduziu o momento de fundação da nação sugere que compartilharam com seus antecessores concepções semelhantes ao mesmo tempo em que divergiram em relação às feições que o Império deveria assumir.

Talvez um caminho enriquecedor na compreensão das utopias liberais no Brasil seja o de interpretá-las enquanto dimensão imaginária de matizadas possibilidades históricas de criação/recriação do Império, surgidas ao longo da primeira metade do século XIX.

A palavra utopia, banalizada ora como sinônimo de lugar feliz, ora como o de lugar nenhum, poderia ser evocada para referenciar a construção possível

16 José da Silva Lisboa, *Falsidades do Correio*.

17 José da Silva Lisboa, *História dos principais sucessos*, 2º volume, caps. 13 ss.

18 Sobre os fundamentos do liberalismo, ver: Maria Sylvia de Carvalho Franco, “‘All the World was America’. John Locke, Liberalismo e Propriedade como Conceito Antropológico”, *Revista USP*, nº 17, março/maio de 1993, pp. 30-53.

do novo.¹⁹ E, precisamente, quando, na sociedade burguesa, os homens parecem empenhados em revolucionar a si e a sociedade, convocam em seu favor o passado, tomam das gerações mortas, por empréstimo, nomes, palavras de ordem, representações e, por seu intermédio, emergem na cena política.²⁰ Sob a aparente repetição, o movimento contraditório da sociedade colocava os políticos brasileiros do século passado diante do inédito, das indeterminações, das utopias.

Texto apresentado na Mesa Redonda Utopias na Construção do Império no Brasil, 22/7/1993.

19 Marilena de Souza Chauí, *Repressão Sexual. Essa nossa (des)conhecida*, São Paulo, 1984, pp. 229-31.

20 Claude Lefort, *op. cit.*, pp. 233 ss.